"Diário do Nordeste"
22.10.93

Para indígenas está difícil viver em suas próprias terras no CE

Luciano Arruda

Tribos cearenses representadas na reunião de ontem

As dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas do Ceará aumentaram nos últimos dias, em face da não demarcação de suas terras, como estabelece a Constituição, cujo prazo expirou dia cinco passado. Os povos Tremembé e Tabepa estavam com os processos prontos para essa demarcação, mas, em 27 de setembro a juiza da 3ª Vara Federal no Ceará, Germana Oliveira, concedeu liminar à empresa Ducôco, que entrou com ação cultelar, suspendendo a demarcação dos Tremembé. Dos Tapeba, o processo está com o Ministro da Justiça, engavetado.

Todas as questões relativas às dificuldades dos índios cearenses foram debatidas ontem, no Fórum Cearense de Defesa dos Direitos Indígenas, promovido pelas entidades ligadas aos índios, com participação de lideranças dos Tabepa, Tremembé e Pitaguary, na sede da Pastoral Indigenista. A proposta do Fórum é unir esforços, no sentido de fortalecer a luta pelos índios, que é uma questão complexa e que exige união de forças.

Segundo depoimentos dos índios, viver em suas próprias terras está cada vez mais difícil. Não têm condições de criar seus animais, não podem mais caçar ou pescar, nem mesmo plantar os alimentos de subsistência. Eles apelam para as autoridades que detêm o poder de decisão, pedindo ajuda, pois eles querem apenas viver em paz, naquilo que sempre foi deles - a terra.

O administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Manoel Marcos Clemente da Silva, que representou no Fórum o presidente nacional do órgão, informou sobre o trabalho de demarcação iniciado nas terras indígenas cearenses. Segundo ele, as medições e toda delimitação já foram feitas pela Funai, mas, o processo está na mesa do Ministro da Justiça, para que ele assine a Portaria de Interdição. Sua participação no Fórum, segundo ele, é de ouvir as queixas dos índios e encaminhá-las à Funai.

OUTRAS DEMARCAÇÕES

Os Pitaguary, de Maracanaú, reclamam que também deram entrada no processo de demarcação de suas terra, na Serra do Pitaguary em 24 de setembro e a Funai não deu informação do andamento do processo até agora. A liderança da tribo garante que essa demarcação é até desnecessária, pois eles têm documentação da posse da terra. Eles têm Sesmaria de 1722 e possuem registro de posse coletiva da Serra do Pitagury, de 1854. O pior para eles é não ter direito a andar em paz em suas terras, hoje ocupadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (Epace).

As entidades particpantes do encontro garantem que a luta vai continuar, mesmo fora do prazo para demarcação de terra, pois acreditam na Justiça que vai garantir o direito dos índios de permanecerem em suas terra. Estavam representadas no Fórum as entidades Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, Instituto Ambiental (ONG), Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza e Movimento de Apoio aos Índios Pitagary (Mapi).